

EDUCAÇÃO DO CAMPO E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO MST COMO FORMA DE INTEGRAR OS SUJEITOS DO CAMPO NA ESCOLA MUNICIPAL ZUMBI DOS PALMARES NO MUNICÍPIO DE MARI-PB

Lenira Lins da Silva¹
Edivaldo Carlos de Lima²

Universidade Estadual da Paraíba
Leniralins.gba@gmail.com; edvaldo.edvlima@gmail.com

INTRODUÇÃO

O foco deste trabalho será pautado em discussões acerca das propostas pedagógicas estabelecidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) voltado para a realidade dos assentados e acampados. Movimento este, que vem travando incessantemente à luta por uma educação de qualidade de acordo com a realidade do campo.

A educação do campo é uma modalidade de ensino segundo documentos oficiais, pensado e direcionada aos estudantes dos espaços denominados rurais, seja floresta, agropecuária, das minas e da agricultura, pesqueiros, a populações ribeirinhas, caçaras e extrativistas (BRASIL, MEC/CNE, 2001). É uma categoria que envolve todos os sujeitos do campo, ou seja, seria voltado para a formação da população rural como sujeitos de direitos.

Para os movimentos sociais, a educação do campo é muito mais que uma modalidade de ensino é um paradigma em construção e contra-hegemônico, que está se firmando dentro da sociedade brasileira. Surgiu através de experiências de lutas e resistências dos camponeses por uma reforma agrária e como crítica ao sistema educacional “normal” excludente.

“A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012 p.259).

Partindo de elementos totalmente inovadores por meio de uma proposta de educação que liga o movimento à suas causas políticas e sociais. É uma educação que parte da construção de paradigmas teóricos e também políticos Caldart (2008). Para a autora seria uma forma de posicionar a escola como um território de lutas e conquistas, com objetivos direcionados para as diversas realidades existentes no campo.

Este paradigma nasceu em um momento marcado por contradições ao sistema hegemônico. Em um processo que envolve o coletivo, os camponeses juntos compartilharam uma reflexão profunda acerca da necessidade de disponibilizar uma educação para as crianças dos cidadãos acampados e assentados. Sendo necessário também, pensar que tipo de educação oferecer, foi nesta perspectiva que o MST articulou pedagogias próprias que atendessem em primeiro momento aos estudantes dos anos iniciais Caldart (2008). Para implantar essas pedagogias houve a necessidade de lutar por escolas e políticas públicas voltadas para este contexto com aspectos que envolve a realidade dos educandos. Quebrando totalmente o ideário

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba Campus III- Guarabira. Membro do CEAT- Centro de Estudos Agrários e do Trabalho. Bolsista PIBIC, sob orientação do professor Dr. Edivaldo Carlos de Lima.

² Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual da Paraíba. Coordenador do CEAT- Centro de estudos Agrários e do Trabalho.

da educação rural tecnicista baseada nos interesses do agronegócio, criada para o campo sem o povo do campo negando totalmente os saberes desses sujeitos. Desta forma à educação do campo surgiu como um novo paradigma que constrói e reconstrói à educação para a população rural como algo inevitável na contemporaneidade.

Atualmente, várias escolas do campo estão exercendo um papel importante da formação que parte do coletivo, que está vinculado a transformação e formação dos camponeses. No entanto, esta concepção depende de um conjunto de relações que envolvem diretamente a conexão com o mundo do trabalho da cultura e do próprio trabalhador Molina e Sá (2012). Neste contexto a escola deve trabalhar na construção de práticas que levem os camponeses a compreender a importância de manter viva a história construtiva das lutas dos movimentos sociais, que envolvem as questões agrárias, políticas, educacionais, como forma de resistência ao sistema capitalista do agronegócio, que cresce no campo promovendo as desigualdades sociais. A escola tem esse papel de manter viva as lutas e consequentemente fortalecer os movimentos para que se mantenham em resistência. Apenas é possível através do desenvolvimento intelectual trabalhado nas escolas do campo, partindo da própria realidade do campesinato.

No entanto, ainda temos escolas do campo que mantêm uma metodologia tradicional urbanista. No qual não vem trabalhando com as particularidades do campo. Sem uma pedagogia voltada para esse contexto, segue o mesmo currículo e calendário das escolas urbanas. Podemos definir este ponto como um problema sério que deve ser refletido, já que estamos falando de contextos totalmente diferentes com identidades e realidades distintas. Sendo importante desenvolver projetos e práticas para transformar as mesmas em escolas do campo Molina e Sá (2012) que trabalhe questões políticas, agrária, ambientais, conflitos. Apesar de termos políticas em vigor elas ainda não funcionam com eficácia deixando as políticas dos assentamentos de toda forma reféns e sem autonomia própria.

O objetivo da pesquisa será analisar como está sendo desenvolvida na escola pesquisada, essas propostas pedagógicas pensadas pelos movimentos sociais. Buscando evidenciar principalmente os aspectos fundamentais das matrizes estabelecidas pelo MST, e os desafios metodológicos enfrentados pelos professores no assentamento.

Desta forma sendo primordial durante a pesquisa, além do conhecimento teórico conhecer na prática o funcionamento da escola municipal Zumbi dos Palmares localizada no município de Mari-PB, que oferta essa modalidade de ensino, para que seja possível propor práticas e metodologias que coincidem com essa realidade, mostrando que é possível desenvolver uma educação do campo. Propor também, aos diretores e professores trabalhar a agroecologia em uma perspectiva metodológica fortalecendo esse conceito de sustentabilidade na escola, reforçando essa ideia por meio de palestras e minicursos ofertados durante a pesquisa. Fazendo-se pensar sobre a importância de construir a conscientização ecológica dentro da escola, que refletirá de forma positivo no desenvolvimento da comunidade futuramente.

METODOLOGIA

Enquanto metodologia, tratará de uma pesquisa em âmbito materialista histórico e dialético. Oriundo do pensamento crítico marxista, considerando a totalidade dos fatos em um conjunto de determinações e processos histórico, baseando-se em elementos que envolvem transformações e mudanças em âmbito social. Recorrendo em primeiro estante à uma vasta bibliografia que trata de perspectiva voltadas para o pensamento da educação do campo. Neste caso será atrelado a teoria a realidade observada durante as pesquisas de campo.

A pesquisa será desenvolvida na escola municipal Zumbi dos Palmares localizada no município de Mari-PB, em primeiro momento o objetivo será participar de algumas aulas na escola. Em seguida se possível será proposto a ideia de realizar uma palestra envolvendo alunos

e professores e toda coordenação da escola, afim de conscientizar e afirmar a importância de uma educação voltada para a população do campo. Na terceira etapa será desenvolvido um minicurso com duração de quatro horas que contará com a participação de professores, alunos no qual será trabalhado e desenvolvido algumas práticas pedagógicas.

No final será aplicado um questionário com perguntas semiestruturadas com intuito de verificar a eficácia das práticas desenvolvidas. E analisar a opinião de toda coordenação pedagógica, afim de verificar se as atividades chegaram a contemplar as expectativas dos sujeitos da escola pesquisada. Ao fim da pesquisa queremos abrir espaços de discussões acerca da eficácia e reconhecimento dessas práticas pedagógicas. Para que sejamos capazes de compreender e reconhecer esses cidadãos como sujeitos de direitos em suas lutas, sob diversos desafios econômicos, culturais, políticos e principalmente à educação como forma de emancipação e integração desses sujeitos em sua comunidade e na sociedade como um todo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este trabalho é um ensaio das reflexões iniciais que ainda está sendo desenvolvido no programa de iniciação científica (PIBIC) na Universidade Estadual da Paraíba. Por se tratar de uma pesquisa que está em andamento, ainda não há resultados de análises a ser apresentados, dessa forma as discussões se dará de forma conceitual baseada na bibliografia de autores como Molina, Caldart, Silva e Dias, Fernandes, Freire entre outros. Que trabalham nesta perspectiva conceitual da educação do campo desenvolvida pelos movimentos sociais e principalmente com influência do MST, que desenvolveu pedagogias com fundamentos voltados para o desenvolvimento de práticas metodológicas próprias.

O objetivo central está voltado para uma reflexão acerca das práticas desenvolvidas na escola municipal Zumbi dos Palmares, que é referência na região no que diz respeito a educação do campo. Além, de identificar os impactos na formação e construção dos discentes. Outro ponto a ser discutido é como está configurado às políticas pedagógicas voltada para esta escola, a partir do desenvolvimento de práticas e metodologias adequada a esta realidade. É baseado nos princípios educacionais do MST que iniciaremos as investigações com intuito de diagnosticar como se dá os processos educacionais neste assentamento, apesar dos desafios e dificuldades para manter uma educação de qualidade no campo. Durante a pesquisa será sugerido junto à coordenação da escola, práticas educativas por meio de palestras, minicursos, para ao final entender como se dá o processo de valorização da identidade, a partir da educação desses sujeitos do campo.

A luta do MST por uma educação verdadeiramente do/no campo parte do processo de humanização da população rural por meio da educação e prática diferenciadas que estão ligadas diretamente à terra, cultura, trabalho e democracia. Diante desta realidade foi desenvolvida uma pedagogia dentro de princípios educativos que coloca a escola como lugar de formação e transformação associando o movimento como princípio educativo (CALDART,2000).

Segundo Caldart (2000, p.240) "A construção histórica do valor do estudo na conformação dos sem-terra estudo aqui compreendido mesmo em sua ênfase na produção do conhecimento". Em relação à produção do conhecimento podemos afirmar o movimento e a escola como dois sujeitos que se complementam e que está dentro das matrizes pedagógicas do MST. Neste sentido podemos refletir sob dois aspectos; o primeiro à educação não se restringir a escola o movimento por si só já corresponde como um sujeito educativo. O segundo aspecto diz respeito aos processos metodológicos e pedagógicos, que devem permitir total integração das crianças a realidade permitindo que elas vivenciem o aprendizado dentro do processo educativo do movimento. Desta forma fazendo com que as crianças entendam os conflitos no qual levou estarem dentro deste contexto, essa é a principal preocupação de seus pais. Porém,

a escola não é o centro do processo educativo, mas o movimento se coloca no centro da escola, dentro do processo ensino/aprendizado dos educandos.

O movimento vê na educação uma porta aberta para a cidadania e para a emancipação de homens e mulheres assentados e acampados, preparando-os para lutar juntos ao movimento por uma reforma agrária e contra a cultura hegemônica do agronegócio no campo. Colocando a escola como um espaço que produz e reproduz o movimento como um princípio educativo. Sendo de grande importância os educandos terem compreensão desde cedo de que o “campo é um espaço de vida é multidimensional” (FERNANDES, 2006, P.29),

A emancipação é uma forma de se libertar do ensino “bancário” propagado na sociedade Freire (1996). Essa é uma forma para preparar e fortalecer os movimentos que lutam por interesses do coletivo no processo de luta pela reforma agrária e manutenção do espaço rural como território dos sujeitos do campo, explorados e expropriados historicamente pelo sistema perverso do capitalismo. Neste sentido, podemos considerar que a educação do campo é uma revolução na forma de pensar a educação. Resgatando o papel da escola de formar sujeitos críticos sociais, libertando-se do ensino “normal” tecnicista baseado no agronegócio.

Um dos princípios pedagógicos metodológicos estabelecido pelo MST, é exatamente o fato do aprendizado nas escolas dos assentamentos partir da realidade, não só do cotidiano, mas trata-se da história vivenciada pelos educandos em toda trajetória até sua permanência nos assentamentos. O conteúdo abordado em cada disciplina deve estar inteiramente fundamentado em políticas pedagógicas para essa realidade. “Desenvolvendo atividades que levem em conta o conjunto de dimensões da formação humana” Caldart (2008, P.105). A autora reafirma que isso só será possível se tiver o homem como centro e sujeitos de direitos.

No entanto, para estabelecer uma escola transformadora requer uma profunda ligação da teoria à prática. Demanda sem sombra de dúvidas profissionais totalmente capacitados que consigam refletir e ligar as práticas a vida diária e ao conteúdo dos livros como princípio de formação de cada educando que se faz presente na escola. “Quando se trata de relacionar a teoria com a prática que dizer tudo que envolve o cotidiano a vivência dos sujeitos, estamos falando do meio que vivemos, fazemos, sentimos, pensamos, nosso trabalho, as pessoas” Caderno nº 1 do MST (1992). Isso significa que não tem sentido trabalhar outra realidade que não seja a própria realidade do campo.

Entretanto, é por isso que deve ser discutido a formação de professores, se possível militante da causa para trabalhar na escola, pois vão lidar com a realidade do campo. “É preciso que o professor entenda a realidade na qual as escolas estão inseridas na contemporaneidade, além de compreender o processo histórico da educação do campo” Silva e Dias (2017, P.283). Hoje há muitos professores no campo com dificuldades de formação teórica, metodológica de trabalhar com as questões agrárias, ou seja, dificuldades de compreensão do que é o campo e como consequência não consegue contextualizar e articular a educação ao trabalho e ao movimento.

Por esse e outros motivos, ainda existem muitas escolas no campo que não trabalham com esta perspectiva, mas sim, com uma educação criada para o campo baseada no modelo urbano. Portanto, o interesse da pesquisa parte das perspectivas discutidas acima, com interesses voltados para os desafios da atualidade em relação aos saberes dos discentes nas escolas da terra.

CONCLUSÃO

A educação do campo é um direito conquistado por ação de movimentos sociais que estão à frente da luta por uma educação digna no campo. No qual a constituição garante este direito. O trabalho buscará exatamente a compreensão desse contexto político, social e também cultural

no qual devem ser compreendidos e analisados, já que envolve um espaço diversificado que deve ser compreendido a partir do coletivo que forma e transforma os sujeitos.

No qual requer reflexões a cerca dessa realidade e como está sendo trabalhado a identidade dos discentes nesta escola do campo, visto que, ainda existe uma emergência de políticas pedagógicas eficazes e autônomas que contemplem esse espaço de forma satisfatória. Buscando incessantemente envolver dentro das escolas uma educação que contemplem todo o conjunto que envolve o cotidiano e a história dos sujeitos do campo. Isso reque práticas educacionais que afirme e reafirme essa realidade. Porém, isso só será possível se houver educadores devidamente preparado para atuar neste contexto educativo que esteja por dentro das questões que remete ao campesinato, que envolve as questões agrária, políticas e sociais. Sendo importante ações que visam introduzir conteúdos, práticas e atividades simbólicas próximas do cotidiano, que venham a colaborar com o desenvolvimento do assentamento e que sejam construtivas.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. A educação básica e o movimento social do campo. Por uma educação do campo/Miguel Gonzalez Arroyo Roseli Salete Caldart, Monica Castagna Molina (organizadores).3. ed.-Petrópolis, RJ: Vozes,2008.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CADERNO DE EDUCAÇÃO. Como fazer a escola que queremos. Porto Alegre, MST, n.1, 1992.

FREIRE, Paulo Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FERNANDES, Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão /Organizado por Molina, Mônica Castagna. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. 152 p.; 21 x 28 cm.

_____. Ministério da educação. Conselho Nacional de Educação - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Laís Mourão. Escola do campo. Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SILVA, Regina Cely nogueira da; DIAS, angélica de Lima. A educação do campo e a formação do professor. Pratica geográficas: experiência de pesquisa e ensino de geografia no estado da



paraíba. /Rafael Albuquerque Xavier, Lidiane rodrigues Lopes ramos Reinaldo, João damasceno (organizadores). -Campina grande: EDUEPB,2017.7500 KB.298P.; i